



26/07/2019

Número: **0805985-70.2019.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **13/02/2019**

Valor da causa: **R\$ 7.087,50**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
FELIPE DE ASSIS GOMES FERREIRA (AUTOR)		ALEXANDRA CESAR DUARTE (ADVOGADO) JOSE EDUARDO DA SILVA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
19201068	13/02/2019 16:49	Petição Inicial	Petição Inicial
19201123	13/02/2019 16:49	FEIPE DE ASSIS GOMES FERREIRA	Informações Prestadas
19201139	13/02/2019 16:49	FELIPE DE ASSIS GOMES FERREIRA-DOCUMENTAÇÃO	Outros Documentos
19384606	27/02/2019 11:39	Despacho	Despacho

anexo





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA
____VARA CIVÉL REGIONAL/PB.

JUSTIÇA GRATUITA

FELIPE DE ASSIS DE GOMES FERREIRA, brasileiro, solteiro, Profissão Padeiro, inscrito no RG sob o nº 389244 SSDS/PB e CPF de nº 105.796.354-22, residente e domiciliado na Rua João Fernandes Vieira, nº 137, Mandacaru, João Pessoa/PB, CEP 58027460, por seus procuradores e advogados *in fine* assinados, com endereço à rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, sala 6, Mangabeira, João Pessoa/PB, onde recebem intimações e notificações da espécie, vem perante esse Juízo, propor a presente:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)

Em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.248.608/0001-04, que poderá ser citada na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-203, que faz de conformidade com os argumentos fáticos e jurídicos doravante.





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

1) PRELIMINARMENTE - DA JUSTIÇA GRATUITA

O promovente não possui condições financeiras de arcar com as despesas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo de seu sustento e de sua família. Com fulcro na Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso LXXIV e no artigo 98 da Lei 13.105/2015 (Código de Processo Civil), requer o Benefício da Justiça Gratuita.

Não obstante o promovente estar sendo representado em juízo por advogados particulares, esse fato não inibe o deferimento do pleito acima requerido. Nesse sentido, brilhante é o entendimento do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, através da Súmula nº 29, que transcrevemos *in verbis*:

“Súmula 29. Não está a parte obrigada, para gozar dos benefícios da assistência judiciária gratuita, a recorrer aos serviços da Defensoria Pública. (PUB DJ 29/310598)”.

2) DOS FATOS

O promovente é vítima de acidente automobilístico ocorrido em **06/01/2018**, conforme se depreende da cópia do relatório da Certidão de Ocorrência Policial anexada a peça inicial.

Por ocasião do acidente, o autor sofreu inúmeras lesões que o deixaram com sequelas irreversíveis. Os documentos médicos acostados comprovam que houve **fratura dos ossos do antebraço esquerdo no qual a vítima realizou o procedimento cirúrgico, que o deixou com permanente debilidade funcional afetado**, o que o torna beneficiária do seguro denominado (DPVAT), sendo passível de receber indenização integral, qual seja, o valor de R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais), pois sente dificuldades em exercer suas atividades normais do dia a dia.

O demandante, ao ingressar com o requerimento na via administrativa, solicitando a liberação do referido seguro, recebeu de uma das seguradoras que fazem parte do complexo de seguradoras denominado FENASEG a quantia de R\$ 2.362,50 em 13/12/2018, conforme documentação acostada.





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

Contudo, o valor realmente devido à autora corresponde a uma quantia bem maior do que a que recebera, pois a Lei que regulamenta o pagamento do seguro advindo de acidente automobilístico ordena as seguradoras que efetuem o pagamento na quantia de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Desse modo, facilmente observa-se que o pagamento efetuado pela seguradora à promovente foi feito em um valor bem menor do que era para ser devidamente pago, conforme ficará provado.

3) DO DIREITO

3.1 – DA LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM

O art. 7º da Lei 6.194/74, por seu turno, determina que, em se tratando do seguro denominado **DPVAT**, pelo fato de existir um consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes a seguro, qualquer seguradora conveniada ao referido consórcio será parte legítima para figurar no polo passivo da demanda que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.

A própria lei, assim como a doutrina e jurisprudência dominantes entendem que qualquer seguradora que faça parte do **complexo da FENASEG** constitui-se em parte legítima para pagamento do seguro obrigatório, dentre elas a **LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**.

Neste diapasão, alinha-se adiante o seguinte julgado, *in litteris*:

“APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – LEGITIMIDADE – SEGURADORA – Qualquer seguradora autorizada a operar com o DPVAT é parte legítima para responder ação que vise o recebimento de seguro obrigatório de veículo, porquanto a lei faculta ao beneficiário acionar aquela que melhor lhe aprouver, conforme Resolução 6/86, do Conselho Nacional de Seguros Privados”. (TAMG – AP 0350628-9 – Uberlândia – 1ª C. Cív. – Rel. Juiz Silas Vieira – J. 18.12.2001) (destaque nosso)

Quanto à legitimidade passiva, mostra-se incontroversa qualquer sombra de dúvida, de sorte que qualquer seguradora que atue no





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

complexo da FENASEG poderá compor o polo passivo da demanda, como instituição obrigada a compor e efetuar o pagamento do seguro obrigatório em questão.

3.2 – DA CARÊNCIA DE AÇÃO – preliminar de ausência de submissão à instância administrativa

Merece rejeição a preliminar de ausência de submissão da demanda à esfera administrativa, pois a Lei nº 6.194/74, que instituiu o Seguro obrigatório – DPVAT, alterada pela Lei nº 8.441/92 e 11.482/2007, em seu conteúdo normativo não estabelece a necessidade de esgotamento da esfera administrativa, a fim de pleitear o recebimento do seguro, assim como não exige a negativa por parte das seguradoras que fazem parte do sistema, para tal fim. Como se não bastasse, a Constituição Federal de 1988, diferentemente da anterior, afastou a necessidade da chamada jurisdição condicionada ou instância administrativa de curso forçado, pois já se decidiu pela inexigibilidade de esgotamento das vias administrativas para obter-se o provimento judicial.

3.3 – DA NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL

No caso em tela, se faz necessário a produção de prova pericial, a fim de produzir prova médico-pericial, indispensável à comprovação da debilidade permanente de membro, sentido ou função, a ser produzida por médico ESPECIALISTA, da confiança deste juízo, que possui valor legal em qualquer instância ou tribunal. Tal documento é essencial e indispensável para a concessão do seguro obrigatório DPVAT.

Convém, ainda, lembrar que o pagamento da indenização em seu patamar máximo independe da verificação do grau da invalidez que acomete a parte segurada, bastando seja comprovada a ocorrência de invalidez de caráter permanente, até mesmo porque a legislação aplicável ao caso não faz qualquer distinção ou menção nesse sentido, de modo que a interpretação no sentido de fixar o valor de acordo com o grau da debilidade significaria mudança do texto legal.

3.4 – DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA O RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO



Anota o art. 5º da Lei nº 6.194/74 que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, Vejamos:

“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”.(grifo nosso)

Reforçando a ideia do artigo acima citado, pontifica o art. 7º, *caput*, da Lei nº 6.194/74, ao estabelecer que:

“A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei”. (destaque nosso).

Assim, não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do prêmio do seguro obrigatório, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas consequências danosas.

Independente, pois, do pagamento do prêmio do seguro obrigatório. A propósito, vale destacar que a matéria já se encontra até sumulada na Corte do **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**. Vejamos:

“STJ. SÚMULA 257: A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização”.

É inconteste, portanto, a concepção atual da doutrina e jurisprudência no sentido de tão-somente exigir a prova do fato e suas consequências danosas, nada mais sendo necessário, inclusive o pagamento do prêmio.

3.5 – DO VALOR A SER DEVIDAMENTE PAGO



Neste especial, a demanda não comporta maiores delongas. É que, a matéria já se encontra pacificada nas mais diversas hostes forenses, inclusive no próprio **STJ**, como veremos adiante.

O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (**DPVAT**) é de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) mínimos, a teor da regra esculpida no art. 3º da Lei nº 6.194/74, *in verbis*:

“Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:
- até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)

Incontroverso, também, o valor que deverá ser pago a título de indenização, ou seja, até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

4) DA POSTULAÇÃO

EX POSITIS, requer a Vossa Excelência:

- a)** ordenar a citação da empresa promovida, na pessoa de seu representante legal, no endereço acima declinado, sob pena de confissão e revelia;
- b)** ao final, **JULGAR TOTALMENTE PROCEDENTE** a demanda em epígrafe para condenar a seguradora promovida a pagar **a diferença devida ao promovente** equivalente ao valor determinado pela perícia médica corrigido desde a data do evento danoso, conforme súmula 54 do STJ;
- c)** **a designação de audiência prévia de conciliação, nos termos do artigo 319, VII, do CPC/2015, já com perito judicial, com intuito de realização de PERÍCIA MÉDICA ESPECIALIZADA** conforme convênio firmado entre o TJPB e a SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, como forma de produzir as provas necessárias para a concessão do seguro obrigatório DPVAT;
- d)** a concessão do benefício da Justiça Gratuita, com fulcro no artigo 5º, inciso LXXIV e no artigo 98 da Lei 13.105/2015, por não ter condições de arcar com as





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

despesa e custas processuais, sem sacrifício de sua subsistência e de sua família;

e) ainda, a condenação da promovida em custas processuais e honorários advocatícios, na base de 20% (vinte), sobre o valor da causa, em caso de recurso;

f) por fim, requer que todas as citações e intimações sejam feitas em nome dos advogados habilitados na presente demanda, de acordo com procuração anexa, sob pena de nulidade.

Protesta o AUTOR, provar o alegado por todos os meios de provas admitidas em direito.

Dá-se à causa o valor de R\$ 7.087,50

Nestes termos,
Pede e espera deferimento.

João Pessoa/PB, 14 de janeiro de 2019.

JOSÉ EDUARDO DA SILVA
OAB/PB 12.578

ALEXANDRA CESAR DUARTE
OAB/PB 14.438

MARIA CINTIA GRILO DA SILVA
OAB/PB 17.295



QUESITOS

- 1) Qual o tipo de lesão sofrida pelo Autor em decorrência do acidente mencionado na petição inicial?
- 2) Qual foi o tratamento médico aplicado ao Autor?
- 3) Em razão do acidente e do tempo de recuperação, por quanto tempo o Autor ficou impossibilitado de exercer sua profissão?
- 4) Quais as sequelas físicas da lesão (esclarecendo se temporárias ou permanentes) do autor?
- 5) Restou comprovada debilidade permanente devido a lesão sofrida no acidente acometido?
- 6) A lesão sofrida pelo autor afetou a função do membro?

ANEXO

Danos Corporais Totais	Percentual da Perda
Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das Perdas
Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo Polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da Mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das Perdas
Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	





Rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, Mangabeira, João Pessoa-Paraíba.
(83) 98663-4900/ (83) 98660-2858

Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do braço	10



Duarte e Silva Advogados Associados

Av. Maria Rosa 58, Manaira, João Pessoa/PB
(83) 35128600. (83) 987326361. (83) 986602858.

PROCURAÇÃO "AD - JUDICIA ET EXTRA"

OUTORGANTE:

CONTRATANTES:

NOME Felipe de Assis Gomes Ferreira TELEFONE 99843.6479
ESTADO CIVIL Solteiro PROFISSÃO Padreiro
CPF 105.796.354-22 RG 3.894.244 ENDEREÇO R João
Fernandes Vieira (Landacrum) N: 137

Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus procuradores, Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus procuradores, **JOSÉ EDUARDO DA SILVA OAB/PB 12.578**, e **ALEXANDRA CESAR DAURTE OAB/PB 14.438** com escritório profissional sito à Avenida Maria Rosa, 58, Manaira, João Pessoa, Paraíba.

Ficam conferidos a ele(s), amplos poderes para praticar todos os atos de processos judiciais e extrajudiciais de representação e defesa em qualquer Juízo, instância ou tribunal, perante quaisquer pessoas de direito público, seus órgãos, ministérios, desdobramentos e repartições de qualquer natureza, inclusive autarquias e entidades paraestatais, quaisquer pessoa jurídica de direito privado, sociedade de economia mista ou pessoa física em geral, outorgando poderes para: receber citação inicial, confessar, reconhecer a procedência do pedido, desistir, transigir, assinar documentos, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, inclusive levantar/receber alvarás judiciais, conjunta ou separadamente, junto aos cartórios do poder judiciário deste Estado, podendo ainda, substabelecer esta a Outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso sempre no interesse do outorgante.

GRATUIDADE JUDICIÁRIA

Declara ainda o outorgante que é necessitado na forma da Lei, cuja situação econômica não lhe permite pagar custas e honorários sucumbenciais, sem prejuízo do seu sustento ou da sua família, e, portanto, solicita os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA.

J. Pessoa, 11 de Janeiro de 2018
(OUTORGANTE) Felipe de Assis Gomes Ferreira





VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REGISTRO GERAL	3.894.244 - 2 VIA
DATA DE EXPEDIÇÃO	26/07/2011
NOME	FELIPE DE ASSIS GOMES FERREIRA
FILIAÇÃO	FRANCISCO DE ASSIS FERREIRA JOSEFA GOMES FERREIRA
NATURALIDADE	BELEM-PB
DATA DE NASCIMENTO	09/10/1993
DOC ORIGEM	NASC.N.72355 FLS.276V LIV.A-69
CARTORIO	JOAO PESSOA-PB
CPF	105.796.354-22
João Pessoa - PB	ASSINATURA DO DIRETOR
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83	



energisa
ENERGISA P.A. - C/ LAS CORTES, 1000 - 28014 MADRID
Km 05 - C/ de Recoletos, 1 - 28002 MADRID - ESPAÑA
C/F 09 09 95 100 0000 40 - www.energisa.es

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0191

UC (Unidade Consumidora): 5/217654-3

CCl Código de Classificação do Item	TOTAL:	134,58	129,28	54,93	179,38	1,45	8,48
-------------------------------------	--------	--------	--------	-------	--------	------	------

Historico de Consumo (kWh)

114	115	147	174	178	185	172	109	132	135	160	157
Jul/17	Aug/17	Sep/17	Oct/17	Nov/17	Dec/17	Jan/18	Feb/18	Mar/18	Apr/18	May/18	Jun/18

RESERVADO AO FISCO
ac55.72be.bfad.9562.9681.a3ae.1571.02d1

Indicadores de Qualidade				Contrato de Manutenção		
	Limites de Apreciação	Apreciado	Limite de Apreciação	Discriminação	Valor (R\$)	%
ÍNDICE DE PREVENÇÃO	0,91	0,90	NOMINAL	Serviços de Prevenção	23,00	23,00
ÍNDICE DE REPARAÇÃO	1,00	0,00	CONTRATADA	Serviços de Reparação	43,50	43,50
ÍNDICE DE MANUTENÇÃO	1,00	0,00	LIMITES INFERIOR	Serviços de Manutenção	1,00	1,00
ÍNDICE DE REPARAÇÃO	1,00	0,00	LIMITES SUPERIOR	Outros Serviços	0,00	0,00
TOTAL				Total	131,26	100,00

ATENÇÃO

O vencimento poderá ocorrer a qualquer momento até o término do prazo de 60 (sessenta) dias, contado da data de vencimento da fatura, vinculada a não cancelamento.

Situação em atraso

MEI 16 144.09

PARA: 06/08/2018 TOTAL A PAGAR: R\$ 13,14

33610000001-4 34560149000-5 02176542018-3 0780000-018-5

Trasado 4.09

PROTOCOLO 802 JUL. 2018

PREVIDENCIA-SIA





CERTIDÃO

Nº. 0844/2018

Atendendo solicitação de **ALEXANDRE CESAR DUARTE** de acordo com buscas procedidas no Serviço de Arquivo Médico e Estatística – SAME do Complexo Hospitalar Mangabeira Governador Tarcísio Burity, certifico a constatação da Ficha de atendimento ambulatorial Nº92161 e prontuário Nº2018.01.0770, pertencentes a **FELIPE DE ASSIS GOMES FERREIRA** que foi atendido dia 06/01/2018 às 16H53min. vítima de colisão, apresentando trauma em membro superior esquerdo.

Submetido à avaliação médica e exame de imagem que evidenciou fratura dos ossos do antebraço esquerdo. Realizado cirurgia dia 09/01/2018 e alta medica dia 11/01/2018.

E para constar eu, **Rosângela Medeiros Escorel Almeida**, Médica da Vigilância à saúde dato e assino a presente certidão.

João Pessoa, 15 de junho de 2018

Rosângela M. Escorel Almeida
Médica de Vigilância à Saúde
CRM/PB 3883

Médica da Vigilância à Saúde
CRM/PB 3883



RUA: AGENTE FISCAL JOSE COSTA DUARTE S/N
58056-384 JOAO PESSOA Fone: (88) 3214-1980
FAX: () - CNPJ:

Hora: 16:53:16

Recepcionista: GILMAR DE SOUTO CAVAL
Clinica: ORTOPEdia

DADOS DO PACIENTE

Num. de vezes atendido: 1

Nome: FELIPE DE ASSIS GOMES FERREIRA

Num. Prontuario: 2018.01.000770

CNS: 898002351439335 Sexo: M CARTAO SUS: 898002351439335 Fone: 999149954

Natural: BELEM/PA Data Nasc.: 09/10/1993 Id: 24 ano(s)

End.: RUA JOAO FERNANDES VIEIRA, 197

Bairro: ALTO DO CEU Cidade: JOAO PESSOA UF: PB

Mae: JOSEFA GOMES PEREIRA

Pai: FRANCISCO DE ASSIS FERREIRA

Raca: PARDA Etia: SEM INFORMACAO

Ocupação: PADEIRO

Estado Civil: SOLTEIRO(A)

INFORMACOES DE ENTRADA

Escolaridade:

Resp.: FELIPE DE ASSIS GOMES FERREIRA

Te' / Doc. Responsavel: 999149954 / CARTAO SUS: 898002351439335

Procedencia: UNIDADE DE SAUDE HOSP. DE BELEM

Transporte utilizado: AMBULANCIA

ima de acidente por: CONDUT. - BELEM

Vitima de violencia por: COLLISAO - 14H00

[] Caso Policial

PRE-CONSULTA

CONDICOES DO PACIENTE AO SER ATENDIDO

Tipo de Classificacão de Risco: VERDE

PA: FR:

[] Aparentemente Bem [] Grave

FC: TP:

[] Politraumatizado [] Convulsao

Peso: Altura:

[] Hemorragia [] Dispineia

Glicemia: IMC:

[] Diarreia [] Agitado

Circ. Abd: O2%:

[] Regular [] Chocado

[] Vomito

Qua Principal

Observacao

TRAUMA EM MSE

Historia - Exame Fisico - (hora do atendimento medico)

Diagnostico

Conduta

Prescricao

Horario da medicacao





FICHA DE ADMISSÃO MÉDICA

Nome: Juliane de Assis Gomes Data da Admissão: 06/01/18
Prontuário: _____ Idade: _____ Enfermaria: _____ Leito: _____
Nome da Mãe: _____
Endereço: _____ Bairro: _____
Cidade: _____ Estado: _____ Fone: _____ Profissão: _____
Sexo: F () M () Cor: _____ Estado Civil: _____ Religião: _____
Escolaridade: _____ Data de Nascimento: 1/1/

QPD: Deficiência em articular

HDA: _____

Medicações em uso: _____

Interrogatório Sintomatológico:

Geral: [] Febre [] Astenia [] Anorexia [] Perda de Peso _____ Kg em _____ [] Durido [] Sudores
[] Calafrios [] Alopecia [] Adenomegalias [] Icterícia [] Tonturas [] Outros: _____

Pele: _____

Cabeça e Pescoço: [] Cefaléia [] Espirros [] Rinorréia [] Obstrução Nasal [] Epistaxe
[] Dor de Garganta [] Bócio [] Rouquidão [] Disfagia Audição: _____ Visão: _____

AR e ACV: [] Dor _____ [] Tosse [] Expectoração [] Hemoptise
[] Dispnéia [] Palpitações [] Desmaio [] Cianose [] Edema _____ Outros: _____

ABD: [] Dor _____ [] Pirose [] Solução [] Regurgitação [] Hematêmese [] Náusea
[] Vômitos [] Dispepsia [] Diarréia [] Mela [] Enterorragia [] Constipação [] Aumento de volume

AGU: [] Disúria [] Incontinência [] Retenção [] Poliúria [] Oligúria [] Noctúria [] Hematúria
[] Mal Cheiro [] Corrimento [] Outras: _____

SME: [] Dor _____ [] Rigidez pós-reposso [] Deformidade
[] Artralgia [] Calor [] Rubor [] Edema [] Crepitação [] Fraqueza [] Atrofia [] Espasmos

SN e PSO: [] Insônia [] Sonolência [] Convulsões [] Motricidade e Sensibilidade _____
[] Amnésia [] Libido [] Humor





RELATÓRIO DE CIRURGIA

Nome: <u>Felipe de Assis Gomes</u>		Registro:	
Idade:	Sexo:	Cor:	Clínica:
Data: <u>09/01/18</u>		Cirurgião: <u>O Indelino Poello</u>	1º Assistente: <u>Roberto Jr</u>
2º Assistente:		3º Assistente:	Instrumentador:
Anestesista:		Tipo Anestesia:	Horário: I: T:
DIAGNÓSTICO (S) PRÉ-OPERATÓRIO			CID
<u>Fratura dos ossos do antebraço e</u>			<u>552.5</u>
DIAGNÓSTICO (S) PÓS-OPERATÓRIO			CID
<u>O mesmo</u>			
PROCEDIMENTO (S) CIRÚRGICO (S)			CÓDIGO
<u>Tratamento cirúrgico de fratura</u>			
<u>osso do antebraço e</u>			
Acidente durante Ato Cirúrgico 1 () Sim 2 (X) Não			Descreva: <u>Dr. Indelino Poello Fernandes</u> <u>Otorrinolaringologista</u> <u>Cirurgia do Joelho</u> <u>CRM 5827 TEOT 14247</u>
Biópsia de Congelação: 1 () Sim 2 (X) Não			
Encaminhamento do Paciente após Ato Cirúrgico: 1 (X) Enfermaria 2 () Terapia Intensiva 3 () Residência 4 () Óbito durante o Ato Cirúrgico			

Rua Ag. Fiscal José Costa Duarte, S/N, CEP 58056-384, Mangabeira II, João Pessoa - PB





LAUDO MÉDICO - RESUMO DE ALTA

NOME		Felipe de Assis Green Fereira		PRONTUÁRIO Nº	
IDADE	SEXO	COR	CLÍNICA	ENF.	LEITO
			ORTO	11	142
DATA DE ADMISSÃO		DATA DE ALTA		TEMPO DE PERMANÊNCIA	
06/01/18		11/01/18			
DIAGNÓSTICO INICIAL				CID	
Fractura dos ossos do antebraço e do					
DIAGNÓSTICO DEFINITIVO					
O útero					
OUTROS DIAGNÓSTICOS					
PRINCIPAIS EXAMES					
E.F. + Radiográfica					
PROCEDIMENTO REALIZADO:					
RAFI					
TERAPÊUTICA MEDICAMENTOSA					
ANALGÉSICO + ANTI-INFLAMATÓRIO					
ANATOMIA PATOLÓGICA					
INFECÇÃO F.O.		<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO		COLTA DE MATERIAL	
RESULTADO BACTERIOLOGIA				<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	
CONDIÇÃO DE ALTA		<input type="checkbox"/> MELHORADO <input type="checkbox"/> REMOVIDO <input type="checkbox"/> A PEDIDO		<input type="checkbox"/> CURADO <input type="checkbox"/> ÓBITO	

RELATÓRIO CLÍNICO

(HISTÓRIA EVOLUÇÃO TERAPÊUTICA COMPLICAÇÕES)

Presente desde o início da vida, no pós-operatório de fratura dos ossos do antebraço e do útero, com o uso de medicamentos e de acompanhamento.

DIETA: Líquida.

ORIENTAÇÕES PÓS ALTA

REPOUSO:

Relativo em casa por _____ dias.

Retorno às atividades sem esforço físico em _____ dias.

Retorno às atividades com esforço físico leve em _____ dias e com esforço maior em _____ dias.

CUIDADOS COM A FERIDA OPERATÓRIA: Lavar a ferida com água e sabão duas vezes por dia. Se sentir dor, calor, vermelhidão ou "inchaço" no local, ou se ocorrer febre, procurar imediatamente este Complexo Hospitalar.

MEDICAÇÕES PARA CASA: cefalosporina 300mg + ANALGÉSICO + ANTI-INFLAMATÓRIO.

RETORNO

Ao posto de saúde em

Ao Ambulatório do Dr. Indalecio Rossi

para retirada de pontos.

em 30 dias para revisão. 15 dias.

11/01/18.

DATA

Dr. Leonardo Miranda

ASS. MÉDICO / CRM

Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar
Para DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO
TRABALHO, CONTINUIDADE DE TRATAMENTO.



Dra. Arleide Andrade Medeiros
CRM/PB 11.289

Paciente: FELIPE DE ASSIS GOMES FERREIRA.

LAUDO MÉDICO.

O paciente FELIPE DE ASSIS GOMES FERREIRA, foi vítima de acidente de trânsito em 06/01/2018, em decorrência do qual sofreu trauma em membro superior esquerdo, fratura nos ossos do antebraço esquerdo.

Conduzido à unidade de saúde, o paciente foi submetido a tratamento cirúrgico em 09/01/2018, onde foi realizada a aposição de placas metálicas e parafusos corticais, conforme relatório cirúrgico.

Do exame clínico e dos demais documentos médicos do paciente, vê-se a intensa limitação motora oriunda da extensão das lesões sofridas, reduzindo a capacidade do paciente para o normal exercício de suas atividades habituais e cotidianas.

CID 10: S52.5

João Pessoa, 01 de outubro de 2018.


Dra. Arleide Andrade Medeiros
Médica
CRM/PB 11.289





SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DISTRITAL DE BELÉM-PB.

ENCAMINHAMENTO

UNIDADE DE REFERÊNCIA: Tramitação
UNIDADE DE ORIGEM: Pr de Belém
NOME DO PACIENTE: Felipe de Almeida
PROCEDÊNCIA: Belém

Paciente com traumatismo no antebraço esquerdo - sinais clínicos de fratura



Dr. Josinaldo L. de Oliveira
CNS - 10038689004/0003
CRM 826-PB - CBO 2231R
CBO 2231R - 2231R

MÉDICO (A)

BELÉM-PB 06 / 01 / 20

Rua: Projetada 12, s/n Conjunto Nova Vida - Belém-PA CEP: 66255-000 Fone: (83)
E-mail: hospitaldistritaldebelém@ig.com



DECLARAÇÃO

Declaro para fins de direito que, o senhor, **FELIPE DE ASSIS GOMES FERREIRA**, brasileiro, solteiro, padeiro, portador do **RG: 3.894.244 SSDS/PB**, residente e domiciliado na **Rua: Abdias Machado – Nº 365, Município de Belém – PB**. Foi atendido no Ambulatório desta Unidade Hospitalar no dia 06/01/2018. Conforme cópia da ficha em anexo.

Belém-PB, 03 de Julho de 2018




ILDEVANIA DE SOUZA RODRIGUES DEOCLECIANO

Diretora Geral



SUS HOSPITAL DE BELEM - PB		FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL	
IDIGO DA UNIDADE: 2613301 NOME: HOSPITAL DISTRITAL DE BELEM ID: RUA PROJETADA, 12 MUNICÍPIO: BELEM ESTADO: PARAIBA UF: 25		CGC/CPF: 08.778.268/0024-57	
Nome: FELIPE DE ASSIS GOMES FERREIRA Mãe: JOSEFA GOMES FERREIRA		Data de Nascimento: 09/10/1993 Idade: 24 anos(s) mês(es) de idade dia(s) de idade	
Endereço: RUA ABDIAS MACHADO Bairro: CENTRO		Documento:	
Município/CEP/IBGE: BELEM - PB - 58255000 - 250190 Telefone para contato (00) 0000-0000		CNIS: 898002351439335	
Data e Hora: 06/01/2018 13:52:49		SSVV	
SO:		PA:	
ANAMNESE EXAME FÍSICO (SUMÁRIO)		TEMP:	
História com antecedentes pessoais e familiares			
Exames realizados na unidade: (TIPOS)			
RESULTADOS			
PCIONISTA: LUCINIER GAMA			

1.		2.	
01 - ELETIVO		02 - URGÊNCIA	
03 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU A SERVIÇO DA EMPRESA		04 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO	
05 - OUTROS TIPOS DE LESÕES E ENVENENAMENTO POR AGENTES QUÍMICOS OU FÍSICOS		06 - OUTROS	
PROCEDIMENTO - descrição:		DIAGNÓSTICO:	
Encaminhamento:		CID-10:	
MEDICAÇÃO:		ENCAMINHAMENTO:	
1. PRESCRITA		1. OBSERVAÇÃO	
2. APLICADA		2. OUTRO HOSPITAL	
3.		3.	
SERVIÇOS REALIZADOS: CÓDIGO / PROCEDIMENTO:		1. 03010610176	
ASS. DO(S) PROFISSIONAL(IS) ASSISTENTE(S): CARRINHO(S)		ASS. DO PACIENTE/ACOMPANHANTE OU RESPONSÁVEL	
ASS. DO REVISOR TÉCNICO CARRINHO		ASS. DO REVISOR ADMINISTRATIVO CARRINHO	



CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Nº 01283.01.2018.1.00.420

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 01283.01.2018.1.00.420, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 11:36 horas do dia 11 de julho de 2018, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Delegacia Especializada de Acidentes de Veículos da Capital, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Alberto Jorge Diniz e Silva, matrícula 1331957, e lavrado por José Saulo Araújo Negreiros, Agente de Investigação, matrícula 1372611, ao final assinado, compareceu **Felipe de Assis Gomes Ferreira**, CPF nº 105.796.354-22, nacionalidade brasileira, estado civil solteiro(a), identidade de gênero masculino, profissão Padeiro, filho(a) de Josefa Gomes Ferreira e Francisco de Assis Ferreira, natural de Belém/PB, nascido(a) em 09/10/1993 (24 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) João Fernandes Vieira, Nº 137, bairro Mandacaru, tendo como ponto de referência Estádio de Futebol, na cidade de João Pessoa/PB, telefone(s) para contato (83) 99843-6479.

Dados do(s) Fatos:


Local: Feliciano Pedrosa, Fabrica Três de Maio, Fabrica Três de Maio, Belém/PB, bairro Centro; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 06/01/18 14:00h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **LEI 9.503/97 ART. 303: LESÃO CORPORAL NO TRÂNSITO.**

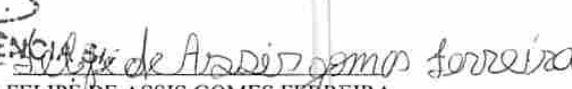
E NOTIFICOU O SEGUINTE:

QUE segundo o notificante, no dia 06/01/2018, por volta das 14:00 horas, quando transitava pela rua: Feliciano Pedrosa, na cidade de Belém/PB, que nesta ocasião estaria conduzindo um veículo, tipo motocicleta, marca e modelo: HONDA/CG 150 FAN -ESI, ano e modelo: 2013 de cor preta, placa: OFX 4005/PB, Chassi nº 9C2KC1670DR479815, registrado em nome de Ozemary Francisca dos S. Soares, CPF nº 079.716.854-80; QUE segundo o notificante transitava normalmente em sua mão pela direita, e ao tentar fazer uma ultrapassagem a um veículo Gol Bola de cor preta, não sabendo especificar a placa do mesmo; QUE segundo o notificante esteve veículo que era conduzido por uma senhora mudou de faixa para adentrar a esquerda sem sinalizar, fazendo com que o notificante viesse a colidir na lateral esquerda do veículo da mesma; QUE devido ao fato veio a cair ao chão onde foi socorrido por ambulância para o hospital Regional de Belém /PB, e depois para João Pessoa /PB; devido a lesão sofrida; conforme CERTIDÃO Nº 0844/2018, EXPEDIDA PELA DRª ROSÂNGELA MEDEIROS ESCOREL ALMEIDA, CRM/PB 3883, DATADO DE 15.06.2018, do Complexo Hospitalar de Mangabeira, Que não deseja representar criminalmente; Que no momento não tem testemunhas a indicar.

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expeço a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.

João Pessoa/PB, 11 de julho de 2018.


JOSÉ SAULO ARAÚJO NEGREIROS
Agente de Investigação


FELIPE DE ASSIS GOMES FERREIRA
Noticiante

PROTÓCOLO
16. JOÃO PESSOA

30 JUL. 2018

Procedimento Policial: 01283.01.2018.1.00.420



Buscar no site

A
COMPANHIA

SEGURO
DPVAT

PONTOS DE ATENDIMENTO (Pontos de
Atendimento)

CENTRO DE DADOS E
ESTATÍSTICAS

SALA DE
IMPrensa

TRABALHE
CONOSCO

CONTATO

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

Novo Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3180349672 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA FELIPE DE ASSIS GOMES FERREIRA

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Comprev Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB

BENEFICIÁRIO FELIPE DE ASSIS GOMES FERREIRA






CPF/CNPJ: 10579635422

Posição em 12-12-2018 17:53:14

Seu pedido de indenização está em fase final de análise na Seguradora Líder DPVAT. Em breve, o pagamento da indenização será

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
13/12/2018	R\$ 2.362,50	R\$ 0,00	R\$ 2.362,50

Histórico das correspondências enviadas

Data da Carta	Referência	Ver Carta
26/10/2018	Reprogramação de pagamento	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/QAhSYAKUFDzPE6OUMlKc api_key=Y1mS5keYVAdcc4fjeMVfqOTmRtsgjXoU6Y2keqIHbDw=)
21/09/2018	Exigência Documental	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/njnlFGkQcKlfZCF1XSJR api_key=Y1mS5keYVAdcc4fjeMVfqOTmRtsgjXoU6Y2keqIHbDw=)
11/09/2018	Exigência Documental	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/mTjvuLBPGMGtJ+nGA6 api_key=Y1mS5keYVAdcc4fjeMVfqOTmRtsgjXoU6Y2keqIHbDw=)
23/08/2018	Exigência Documental	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/nz4Vn9OMBO6vpw94G api_key=Y1mS5keYVAdcc4fjeMVfqOTmRtsgjXoU6Y2keqIHbDw=)
03/08/2018	Aviso de Sinistro	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/lfm8kaI8R+8wZ5DOQ+I api_key=Y1mS5keYVAdcc4fjeMVfqOTmRtsgjXoU6Y2keqIHbDw=)





**Poder Judiciário da Paraíba
1ª Vara Cível da Capital**

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0805985-70.2019.8.15.2001

DESPACHO

Vistos, etc.

Defiro a gratuidade Judiciária requerida na exordial.

Nas ações de cobrança de DPVAT, dificilmente ocorre acordo antes de realizada a perícia, razão pela qual a audiência de conciliação pode ser postergada para momento posterior ao da perícia, fazendo-se adaptações no procedimento que conduzam à máxima efetividade dos atos processuais e à maior celeridade do processo.

Assim, deixo de marcar audiência prévia de conciliação.

Cite-se o réu para contestar no prazo de 15 dias, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial.

JOÃO PESSOA, 27 de fevereiro de 2019.

Juiz(a) de Direito

